

## Recensões

Costanzo CARGNONI, Antonio GENTILI, Mauro REGAZZONI, Pietro ZOVATTO, *Storia della Spiritualità Italiana* (a cura di Pietro ZOVATTO), Città Nuova Ed., Roma, 2002, 766 pp.

Para outra oportunidade o aprofundamento de uma primeira apreciação crítica. Em breves linhas, mais não queremos, por agora, do que saudar a publicação desta naturalmente volumosa e ambiciosa obra que, apesar de se apresentar como manual introdutório (p. 6), assumidamente se propõe renovar e transcender o âmbito do magistério de um Massimo Petrocchi, patente em volume pioneiro, com o mesmo título e idêntico fôlego cronológico (do *duecento* ao *novecento*).

Os seus autores estão bem credenciados pelos seus trabalhos de investigação na área da História da Espiritualidade. Pietro Zovatto, professor de História das Religiões e de História Moderna na Universidade de Trieste, entre numerosas publicações no seu activo, foi co-autor do tomo 6.º da vasta *Storia della Spiritualità*, coordenada por L. Bouyer, E. Ancilli e B. Secondin. Costanzo Cargnoni, docente por mais de dez anos de História do Franciscanismo no Antonianum de Roma, trabalha no Instituto Histórico dos Capuchinhos (Roma) e redige o volume anual de *Bibliographia Franciscana*. António Gentili, licenciado em Teologia e em Filosofia, é um conhecido estudioso da mística cristã, cujos trabalhos são discretamente evocados em algumas notas de rodapé da presente obra. Finalmente, Mauro Regazzoni, laureado em Teologia Espiritual e docente de História da Espiritualidade Moderna no Teresianum (Roma), entre outros trabalhos de sua autoria, publicou com o anterior uma assinalável *Spiritualità della Riforma cattolica* (Bolonha, 1999). No Teresianum cumpre a honrosa missão de prosseguir a docência de matérias a que Eulogio Pacho emprestou o seu prestigiadíssimo nome...

Pietro Zovatto, o organizador do volume, conhecido como especialista do século XVIII, enquanto autor, em sete riquíssimos capítulos faz aqui a ponte da espiritualidade de setecentos «aos nossos dias». Com efeito, neste livro, concebido com uma fisionomia teológico-espiritual e inserido na perspectiva historiográfica do *Dictionnaire de spiritualité*, o leitor menos prevenido, além de ver historiados movimentos eclesiais hodiernos (focolares, comunhão e libertação, oásis, «pro sanctitate»), surpreender-se-á agradavelmente com um criterioso capítulo sobre algumas das personalidades mais marcantes da espiritualidade italiana contemporânea: Giuseppe Toniolo (*L'ascetica dello scienziato*), Luigi Orione (*La carità per i più poveri*), Alcide De Gasperi (*La spiritualità dell'uomo di stato*), Luigi Sturzo (*La vita di pietà nel politico*), Giovanni Calabria (*La fiducia nella Provvidenza*), Giuseppe De Luca (*La pietà come una nova storiografia*), Giorgio La Pira (*L'architettura mistica della politica*), Carlo Carretto (*La spiritualità antiborghese*), Innocenzo Colosio (*La tradizione classica antiumanista* [da mística]), Divo Barsotti (*Della presenza del «solo Dio»*), Padre Pio (*Il Santo Più carismatico del secolo*)...

Costanzo Cargnoni ocupa-se proficientemente e com indicações da melhor bibliografia das origens da espiritualidade italiana nas centúrias de duzentos e trezentos, nomeadamente reportando-se aos marcantes trabalhos de S. Spanò e G. Gracco, no *Dictionnaire de Spiritualité*, sobre o *humus* espiritual da Península Itálica nesses séculos.

Os capítulos referentes à novidade de Francisco de Assis, à primeira literatura franciscana, à espiritualidade dos companheiros de S. Francisco e aos espirituais franciscanos são – o que é raro – simultaneamente – sintéticos e detalhados e rigorosos na informação ministrada. Mas não só: a bibliografia, actualizadíssima, remete invariavelmente para os mais qualificados estudos de especialidade. Sirva de exemplo o justíssimo relevo dado aos estudos de Felice Accrocca sobre Angelo Clareno.

Com o mesmo bom critério e equibíbrio, Costanzo Cargnoni ocupa-se seguidamente (pp.78-162) de Jacopone da Todi e da produção laudística italiana, da evolução da espiritualidade bonaventuriana (patente no *Stimulus Amoris* de Giacomo da Milano, nas *Meditationes vitae Christi* do traduzidíssimo João de Caulibus, ou nos escritos de Ugo Panziera de Prato e de Bartolomeu de Pisa), do impacto geral da «espiritualidade ascético-parenética e doutrinal» dos frades da ordem dos pregadores (o *Espelho da Cruz* de Frei Domingos Cavalca seria vertido para português mais de um século após a morte do seu autor), do surto de um novo eremitismo agostiniano, servita e carmelitano, da renovação espiritual do monaquismo beneditino, e ainda – necessariamente –, mas de forma particularmente feliz, do movimento religioso das «mulieres religiosae et devotae» que, tocadas da experiência do divino, quais «cortesãs da Glória», renovaram a mística nestes mesmos tempos (Clara de Assis, Umiliana Cerchi, Margarida de Cortona, Ângela de Foligno, Clara de Motefalco, Benvenuta de Cividale del Friuli, Umiltà de Faenza, Vanna de Orvieto, Margarida de Città di Castello, Villana de' Botti, Catarina de Sena), e cujos exemplos de vida e protagonismo eclesial seriam retomados em épocas posteriores, por vezes de forma meramente mimética e até, frequentemente, com um mimetismo de baixo estofa, como se vê das biografias de tantas beatas e emparedadas, itálicas ou ibéricas...

A floração mística feminina volta a ser retomada por António Gentili a propósito da vida religiosa de quatrocentos (com a valorização especial das figuras de Francisca Romana, Catarina de Bolonha, Osanna Andreasi, Catarina de Génova e Camilla Battista de Varano). Voltá-lo-á a ser por Mauro Regazzoni, a propósito de novas florações post-tridentinas (pp. 399-423). Este autor terá ocasião de, por mais de uma vez, vincar o influxo doutrinário exercido pelas místicas e carismáticas medievais nas da época barroca. Apenas aponta, todavia, casos bem sucedidos: Battistina Vernazza, Caterina de' Ricci, Maria Maddalena de' Pazzi, Caterina Vannini, Francesca Paluzzi, Orsola Benincasa, Maria Vittoria Angelini, e um largo etcetera de outros exemplos. Mas as aventuras místicas mal terminadas?

É certo que não falta um pequeno apartado sobre a *discretio spirituum*, com referências cruciais a alguns princípios operativos e a tratados onde eles se podem colher (pp. 267-271). Mas quer-nos parecer que, mesmo numa obra de síntese, não é razoável falar em religiosidade popular, direcção espiritual e santidade, em tempos de contra-reforma, sem a valorização expressa e concreta do controlo hierárquico, ordinário e inquisitorial. Ora a abordagem do Santo Ofício, enquanto poderosíssima condicionante na orientação da vida espiritual dos fiéis, está praticamente de todo ausente das páginas desta obra. E todavia, só por referência a definições dos mecanismos magisteriais da Igreja hierárquica, sancionados pelo Santo Ofício, é que se poderá falar do quietismo como a «traição da mística» (cap. 28).

Com efeito, ao contrário do que nos parece ocorrer neste capítulo, importaria dar a perceber Molinos como marco final duma larga tradição doutrinária, e tornar perceptíveis as razões do primitivo êxito da sua «escola de oração» na Urbe: numa época

de renovado apelo e sedução da santidade, em que diferentes vidas e estados se procuravam compatibilizar com a *devotio* e com as exigências do comum apelo à perfeição, impunha-se – como é patente no *Guia Espiritual* – o trabalho de «desembaraçar» as almas dos fiéis das dificuldades práticas, escrúpulos e constrangimentos formais (e entre estes o exclusivo e sistemático apego à prática da meditação discursiva) que as impediam de rápida progressão nos caminhos da vida interior. Seja-nos de resto lícito dizer que, em matéria de quietismo, a bibliografia aduzida é deficitária. Assim, como compreender, por exemplo, a ausência de referências às luminosas investigações de José Ignacio Tellechea Idígoras ou de Gianvittorio Signorotto?

Bastante mais feliz é o sentido de complexidade com que, no capítulo seguinte, se ilustra a espiritualidade setecentesca. É inquestionável, no quadro dessa espiritualidade, a razão de ser do relevo dado às devoções coevas centrais – ao Sagrado Coração de Jesus, à presença real na Eucaristia e às «glórias» da Virgem Maria – emblematicamente metodizadas e pastoralmente popularizadas por Santo Afonso Maria de Ligório. Inquestionável, igualmente, o relevo dado às «personalidades» do santo napolitano, fundador dos Redentoristas, de S. Paulo da Cruz, fundador dos Passionistas, de S. Leonardo de Porto Maurício, menor observante célebre pelas suas missões populares e pela sua divulgação apaixonada da *Via Crucis*, do jesuíta Giovanni Scaramelli, de Santa Veronica Giuliani, da Beata Maria Madalena Martinengo, de Santa Teresa Margarida Redi... e, claro está, ao papel de Luís António Muratori, sempre em guarda contra a superstição, os excessos e a desordenada devoção dos cristãos...

Extremamente pertinente e oportuna é a forma como Pietro Zovatto vinca os traços de continuidade entre setecentos e oitocentos, patentes, nomeadamente, na singular fortuna dos escritos devocionais e de teologia moral de Santo Afonso Maria de Ligório. Entre as «novidades», muito bem explicadas no seu contexto sócio-cultural e ideopolítico, a valorização das devoções ao Papa, ao preciosíssimo Sangue de Cristo e às missões católicas ultramarinas.

Concluindo: como sugerimos já, ao adentrarmos na época contemporânea, vai recrudescendo o interesse do leitor, ávido, afinal, de se compreender a si próprio e ao tempo em que lhe é dado viver.

A clareza e o sentido didáctico servem a boa e isenta informação de que ficamos credores ao responsável pelos sete últimos capítulos desta benemérita obra.

Pedro Vilas Boas Tavares

Francisco HENARES DÍAZ, *Fray Diego de Arce. La oratoria sacra en el Siglo de Oro*, Murcia, Publicaciones Instituto Teológico Franciscano/Editorial Espigas, 2001, 718+[10] pp.

A importante (embora algo esquecida) figura de Fr. Diego de Arce (1553-1616) há muito que pedia um estudo monográfico exaustivo que agora nos apresenta Francisco Henares Díaz, publicando a sua tese de doutoramento sobre os diversos aspectos da vida e obra (impresa e manuscrita) deste notável pregador franciscano.

Tendo como pano de fundo a importância da oratória sagrada do Século de Ouro espanhol e o objectivo que revalorizar o significativo contributo deste pregador franciscano de Murcia, Francisco Henares Díaz procurou articular os diferentes aspectos

das relações de Fr. Diego de Arce com a vida religiosa, cultural e até política da segunda metade do século XVI e primeiros anos do século XVII. Começando, como seria de esperar, pelo contexto religioso e cultural e pela biografia de Fr. Diego de Arce (pp. 39-163), são passados em revista os diferentes cargos deste sacerdote franciscano que foi também professor de Artes e de Teologia, Qualificador do Santo Ofício, Ministro Provincial e Visitador da Ordem dos Frades Menores, confessor e pregador do sétimo Conde de Lemos quando foi Vice-rei de Nápoles, Bispo de Casano e, acima de tudo, um importante orador sacro.

Por isso, a parte mais significativa e inovadora deste minucioso estudo diz respeito à obra concionatória de Diego de Arce, não só através da apresentação e resumo dos seus sermões (impressos e manuscritos, em número superior às três dezenas), mas igualmente ao seu enquadramento no contexto da oratória e da parenética do Século de Ouro e às características retóricas concretas dos seus sermões, dando também um relevo especial aos textos das suas censuras a diferentes tipos de livros, com que ocupa toda a segunda parte (pp. 165-280). Deste modo, as terceira, quarta e quinta partes oferecem-nos uma interessante e útil (embora por vezes um pouco repetitiva) visão de conjunto quer dos temas, objectos e orientações do sermão na segunda metade do século XVI e primeiros anos do século XVII, quer da oratória de Fr. Diego de Arce, sobretudo a que foi reunida na *Miscelanea primera de oraciones eclesiásticas desde el Domingo veynte y quatro despues de Pentecostes hasta la vigilia de Navidad*, publicada em Murcia em 1606, sem esquecer alguns sermões soltos, impressos e manuscritos,

Nos dois últimos capítulos deste estudo de Henares Díaz, a recorrente preocupação em enquadrar a obra concionatória de Arce no contexto da doutrinação retórica do Século de Ouro e de a relacionar com os públicos – ou seja, também com os gostos destes – é articulada com a constante referência aos sermões deste franciscano, analisados agora à luz das pautas retóricas então dominantes, notando contudo alguma especificidade no uso dos recursos retóricos que por vezes o conduziram à «dramatização do sermão» (p. 565 e ss.), através, nomeadamente, da *amplificatio*, da comparação, do *exemplum*, da metáfora, da alegoria e, até, do emblema, com que articulou habilmente a linguagem falada com a linguagem visual, uma vez que «*deleitar los ojos* se erige en objetivo del predicador» (p. 627).

Lembrando F. Henares Díaz que os sermões que hoje conhecemos – deste e de todos os outros pregadores – são apenas os que o registo escrito, especialmente (ou maioritariamente) o impresso, nos fez chegar, também salienta a importância de analisar os sermões tendo em conta que muitas das suas características enunciativas ou discursivas visam traduzir diversos aspectos da sua expressão oral. Deste modo, realça também a dimensão literária dos sermões em geral e dos de Diego de Arce em particular, reconhecendo mesmo que «*las dotes aquí más mentadas (...) han sido las literarias, las de orador sacro*», uma vez que «*Ayudado de su erudición miscelánea (profana y religiosa, al modo de las silvas del espíritu), su prosa retórica brilla clara, popular*» (p. 666). E articulando os temas dos sermões com a análise dos seus recursos retóricos e estilísticos, Henares Díaz mostra-nos igualmente como as correntes de espiritualidade, franciscanas ou outras, foram caminhando a par da literatura que as registou e as difundiu.

O estudo termina, como é normal – e sempre desejável, neste e em outros tipos de estudos – com uma vasta bibliografia (pp. 680-702).

Maria de Lurdes Correia Fernandes

Daniele Menozzi, *Sacro Cuore. Un culto tra devozione interiore e restaurazione cristiana della società*, Roma, Viella, 2001, 319 pp.

Partindo do princípio, tido como estabelecido, que a difusão ao Sagrado Coração de Jesus representou, pelo menos até ao concílio Vaticano II, uma das formas mais difusas e capilares, mas também mais populares da religiosidade católica, Daniele Menozzi, um estudioso com provas dadas na área da história da piedade, da espiritualidade e da liturgia, propõe, ao longo desta utilíssima obra, um percurso de reflexão informado e balizado pelo recurso a fontes e bibliografia especializada que em muito contribui não apenas para a consideração de um estado da questão de forma actualizada, mas também para um abrir de perspectivas e caminhos que em muito importam aos estudiosos deste campo em particular e da história da espiritualidade em geral.

Na medida em que os aspectos mais devocionais e espirituais foram já equacionados em estudos vários, aliás referenciados numa muito completa bibliografia, o A. procura estudar, em especial, as dimensões políticas do culto, esforçando-se por reconstruir o processo de «politização» da devoção, tornando-o claro e objectivando as respectivas linhas fundamentais de desenvolvimento. Deste ponto de vista, privilegia a geralmente denominada feição moderna da devoção, isto é, os anos que se seguiram às revelações da visitandina Margarida Maria Alacoque, sublinhando que o reconhecimento oficial do culto se encontra explicitamente ligado ao sucesso militar e político da monarquia francesa., explorando uma pista aberta pelo sugestivo trabalho de Mario Rosa «Regalità e 'douceur': il Sacro Cuore» (primeiro impresso no volume dedicado a E. Passerin d'Entrèves e depois reimpresso em *Settecento Religioso*, Venezia, 1999, pp.17-46). Esta caracterização inicial, que o A. procura sedimentar por uma atenção pormenorizada às diferentes fases das revelações de Margarida Maria, vai-se enriquecendo, em sua opinião, ao longo de setecentos, de matizes muito complexos e encontra um ponto de chegada nos tempos da Revolução Francesa, no sentido em que a partir daí, e em muitos aspectos, a devoção ao Sagrado Coração adquire uma conotação contra-revolucionária que, ao longo do século XIX, permitirá o que Daniele Menozzi denomina «I molteplici significati politici del culto al s. Cuore», no ponto 5. do capítulo intitulado «Il regno sociale del S. Cuore». De resto, o A. concede um grande relevo aos desenvolvimentos políticos da devoção durante oitocentos, mostrando, baseado num conjunto convincente de fontes diversas, das documentais às iconográficas, como esta era apresentada e, sobretudo, funcionava como uma espécie de canal que permitiria a reconstrução do reino social de Cristo, restituindo ao Papa o papel de «supremo reggitore della convivenza civile» (p. 154), ao mesmo tempo que facultaria a completa destruição de uma Revolução que tinha desagregado a cristandade.

Procurando provar esta tese, que surge como o grande motivo estruturante deste muito importante e informativo estudo, o A. preocupa-se em traçar um quadro exaustivo das diferentes linhas de desenvolvimento da devoção, sublinhando o problema de natureza filológica que continua a enquadrar os escritos de Margarida Maria, na medida em que não dispomos ainda de uma edição crítica absolutamente fiável. Em todo o caso, D. M. examina cuidadosamente os textos da visitandina, evidenciando as «marcas» políticas neles patentes. E, de facto, as razões apontadas revestem-se de um peso que torna clara ao leitor esta dimensão. Menozzi anota a presença de conotações

escatológicas nas revelações da visitandina, para quem o reino de Satã tinha atingido um ponto crítico, embora acentue a extrema prudência das formulações discursivas usadas. A devoção ao Sagrado Coração «constituisce la via per dar corso ad una nuova mediazione di Gesù, quasi una seconda redenzione, resa necessaria dai recenti successi di Satana che sembrano indicare l'approssimarsi del compimento della storia» (p.21). A inscrição do culto num quadro escatológico aparecia já em Gertrudes de Helfta – e permitimo-nos acrescentar às exaustivas fontes do autor o trabalho de José Adriano de Freitas Carvalho, *Gertrudes de Helfta em Espanha*, Porto, INIC, 1980 – e D. Menozzi explica, com muita clareza, que para além de todos estes aspectos, haverá que ter em conta que a piedade para com o Sagrado Coração poderia também ser vista sob a perspectiva da reparação do pecado colectivo da recusa da Eucaristia, comum aos grupos que tinham aderido à reforma. E, dentro deste campo de análise, a devoção adquiria evidentes contornos políticos, ao legitimar as opções de Luís XIV «une foi, un roi, une loi»

Para além dos aspectos enunciados, o A. procura ainda clarificar as conhecidas relações da Companhia de Jesus com a difusão da devoção, analisando as obras de jesuítas que, como a primeira do P. Jean Croiset, *La dévotion au Sacré-Coeur de Notre Seigneur* (1691), muitas vezes reimpressa, se tornaram num canal essencial responsável pelo alargamento do culto e pela criação de muitas confrarias. Aliás, a análise detalhada de todos estes movimentos e opções ajuda a construir um quadro de análise que explica a oposição que os sectores jansenistas e jansenizantes, e mesmo de um catolicismo simplesmente «ilustrado», foram criando face a esta e outras devoções tidas por supersticiosas e vulgares.

Os dois últimos capítulos deste estudo dedicam-se a questões mais recentes e revestem-se de um enorme interesse, na medida em que desenvolvem pormenorizadamente aspectos da evolução do culto, analisando contribuições várias que passam pelo estudo da imprensa da época e demonstram o claro envolvimento de círculos pontifícios. Intitulado «Il 'nuovo labaro di Costantino': il s. Cuore e il progetto di restaurazione sociale di Leone XIII», o terceiro capítulo equaciona o apoio papal ao culto sob Leão XIII. O quarto, denominado «Per l'arbitrato pontificio sui conflitti: l'intronizzazione del s. Cuore nelle famiglie», examina, em pormenor, as formas como Pio X e Pio XI geriram a «realidade» da devoção, que acabou por traduzir-se no desenvolvimento e promoção de cerimónias religiosas onde ricas coroas eram colocadas sobre a imagem do Sagrado Coração, traduzindo a supremacia de Cristo e da sua Igreja sobre qualquer ordem civil, e daí o surgimento de uma linha iconográfica que representava de forma simples e clara a realidade de Cristo e que teve uma enorme difusão na Europa católica.

Para além das razões apontadas, que tornam este estudo de D. Menozzi de leitura absolutamente obrigatória, importa ainda sublinhar que a investigação conduzida pode – e deve – servir de estímulo ao estudo da mesma questão no contexto cultural português, pois que, se se conhecem alguns dos caminhos percorridos pela devoção, sobretudo ao longo do século XVIII, muito haveria a ganhar com uma visão integrada que traçasse o estado da questão e se debruçasse sobre a importância de que a mesma se revestiu, entre nós, ao longo dos séculos XIX e XX.

Zulmira C. Santos

Roger CHARTIER (coordenador), *As Utilizações do objecto impresso: séculos XV-XIX*. Trad. Ida Boavida. Lisboa, Difel, 1998, 437 p.; 1ª edição 1984, Librairie Arthème Fayard.

A primeira edição portuguesa de uma obra colectiva que saiu dos prelos em Paris com o título original *Les usages de l'imprimé* é tardia, confirmando, assim, o acentuado *déficit* de traduções em português de livros estrangeiros nas mais diversas áreas do saber e o considerável atraso relativamente às edições de origem. A crítica exercitada nas páginas de revistas especializadas ou nas colunas de jornais e revistas de divulgação tem, desde há muito, sublinhado a alta qualidade ou a falta dela nas sucessivas traduções sujeitas ao crivo do juízo crítico, mas parece render-se à fatalidade de um mercado editorial fiado por poucos leitores/compradores e por editores muito subsidió-dependentes e temerosos em demasia.

Tardou, pois, a chegar à nossa língua, mas o que importa agora sublinhar, com agrado, é a possibilidade de se furir o resultado de um trabalho colectivo produzido no âmbito de dois seminários da *École des Hautes Études* orientados por Roger Chartier – um dos esponentes da História Cultural francesa da actualidade e director de pesquisa na referida *École* – e Christian Jouhaud – investigador do Centre National des Recherches Scientifiques (C.N.R.S.).

*As Utilizações do Objecto Impresso* – tradução demasiado livre do título original – inclui contributos de mais quatro autores, além de Chartier e Jouhaud, a saber: Alain Boureau, Marie-Elisabeth Ducreux, Paul Saenger e Catherine Velay-Vallantin. E abre com uma Introdução, subtitulada *A cultura do objecto impresso* assinada por Roger Chartier. A fechar as três substanciosas partes onde ficou arrumado o conteúdo deparamos com dois índices – um de figuras ou pranchas e outro geral (p. 431-437). E tudo isto envolto por uma capa de cartolina impressa a verde com duas grandes «janelas» simétricas (na capa e na contra-capas), contendo a primeira, abaixo do título, uma gravura (a preto e branco) de um prelo à Gutenberg e a segunda um texto de súpula explicativa da obra.

Chartier não cita Marshall McLuhan, autor do célebre livro *A Galáxia de Gutenberg* (1ª ed. 1962), mas repisa-lhe a ideia básica: a tecnologia da impressão por tipos móveis criou um novo ambiente de todo inesperado – o público –, ambiente este que não foi atingido pela tecnologia do manuscrito. Com efeito, depois de Gutenberg – lê-se no naco de prosa seleccionado para a contra-capas – *toda a cultura do Ocidente se transforma, passando a ser possível reproduzir os escritos de modo mais rápido e económico. Daí a mudança de escala na circulação de textos, presentes tanto na intimidade como na praça pública, manipulados em prol da fé ou do poder, do saber ou do poder. Daí igualmente as práticas inéditas e os novos hábitos criados por uma verdadeira «cultura do impresso». É ela o ponto fulcral deste livro, que aborda o mais humilde dos objectos impressos (do cartaz ao opúsculo), os géneros tipográficos mais divulgados (vidas de santos, o livro de horas, o livro de cordel, o livro de histórias maravilhosas), as leituras mais comuns.*

Ao contrário de McLuhan que se serviu de uma abundante erudição para apoiar a sua tese do transformismo tecnológico do devir humano, Chartier e colegas historiadores intentaram tão somente demonstrar a partir de uma soma significativa de casos singulares o extensivo impacto culto-mental de uma alteração tecnológica importante – cingiram-se à invenção dos prelos. E seu intento aparece claro na expressão «cultura do impresso», associada a outra que nos agrada menos «cultura do objecto

impresso». De qualquer maneira, percebe-se a primeira grande finalidade da dupla abordagem visada por esta obra colectiva: *O nosso projecto é outro, debruça-se sobre as múltiplas utilizações e as diversas apropriações de que foram alvo os objectos impressos de grande circulação, entre Gutenberg e a segunda revolução do livro, no século XIX* (p. 10). E a segunda levou-os a *inscrever a cultura do impresso no seu enraizamento de longa duração. Com efeito, foi bastante antes da invenção de Gutenberg que surgiu no Ocidente uma maneira de ler, em silêncio e com os olhos, que entra em ruptura com a leitura necessariamente oralizada, universal (ou quase) durante muito tempo (...) A revolução da leitura precede pois a do livro (mesmo que a leitura oralizada, murmurada, «ruminada» continue a ser durante muito tempo a forma de ler dos leitores mais populares. Por isso, nesta obra inteiramente dedicada às novas potencialidades e aos gestos inéditos gerados por uma inovação técnica de grandes consequências – a da escrita composta por caracteres móveis e impressos com um prelo – debruçar-nos-emos longamente sobre a era do manuscrito, que conhece a primeira difusão de uma maneira de ler, logo generalizada e obrigatória, e que instala uma hierarquia dos objectos escritos, simultaneamente funcional e social, imediatamente decifrável nas suas próprias formas* (p. 11-12). Firmados nestes dois objectivos essenciais podia resumir-se, enfim, o programa da obra à operacionalização da *tensão entre a liberdade do leitor – mesmo refreada pelas suas competências e disposições – e a eficácia do objecto (...) Um [dos tipos de investigação] deve tentar caracterizar as contingências históricas das práticas de leitura, diferenciadas consoante as épocas e os espaços, as condições e as confissões, o sexo ou a idade, o aspecto exterior ou a circunstância, e referenciáveis através das suas representações nas confissões individuais (espontâneas ou extorquidas), nas narrativas de ficção, nos retratos pintados, nas cartilhas de leitura. O outro, conduzido a partir dos próprios objectos impressos, considerados na sua singularidade, consegue reconstruir os limites impostos à livre apropriação dos textos através dos dispositivos tipográficos que os dão a ler e também, graças à análise das impressões diversas e sucessivas de um mesmo texto, as transformações dos seus significados e utilizações* (p. 20-21).

Embora não caiba aqui aprofundar a tese de McLuhan repisada por Chartier e seus companheiros de jornada, urge sublinhar que a materialidade do canal e a materialização implícita ao acto de dar forma à palavra, sendo importante, tem um peso relativo, e não pode desviar-nos de certas evidências essenciais, como esta: o objecto impresso é antes de mais um objecto mental; perdura e impõe-se pela forma artefactual que recebe, mas só realmente existe nas mentes que o fazem e (re)fazem pela leitura, pela (re)interpretação constante do sentido, pela infinita amplitude de reproduções e acréscimos sintático-semânticos de acordo com os contextos pessoais e colectivos... O tradicional enfoque da leitura como parcela importante da abordagem do cultural desemboca hoje numa encruzilhada complexa em que sobressaem necessariamente os contributos cognitivistas e construtivistas, indispensáveis para a compreensão de situações alegadamente antinómicas, tais como: oralidade-escrita; leituras públicas-leituras privadas; impacto do escrito-impacto da imagem, etc. Contributos esses que não excluem, antes convocam, a nosso ver, de uma forma mais exigente e enriquecedora, a presença contextual do espaço e do tempo, ou seja, dos múltiplos factores que se conjugam e actuam na longa duração estrutural e do impacto sincrónico das conjunturas que acompanham intrinsecamente o devir histórico.



E porque o objecto impresso é, essencialmente, um objecto mental (fundado na cognição e nos processos cognitivos), associado, aliás, na era internética em que vivemos ao fenómeno/processo da Informação (adiantando-se aqui uma definição possível: conjunto estruturado de representações mentais codificadas – símbolos significantes – socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material – papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc. – e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multireccionada), os autores da obra, com destaque especial para Chartier, tiveram o cuidado de a dividirem em três partes, intitulado a primeira *Objectos impressos para o imaginário* e lendo-se no texto-súmula que antecede os respectivos capítulos a seguinte explicação: *Da Idade Média até meados do século XIX, foram numerosos os livros ou opúsculos, primeiro manuscritos e depois impressos, que alimentaram as imaginações de muitos leitores, propondo-lhes verdades maravilhosas, ficções verídicas, histórias credíveis ou de diversão. Nesta massa de textos e de formas, retivemos três géneros: a Vida de Santo, o Livro de Cordel e o Conto* (p. 25).

Para a História da Espiritualidade interessa reter, sobretudo, o capítulo 1 *Adorações e devorações franciscanas: interesses e utilizações dos opúsculos hagiográficos* por Alain Boureau (p. 27-83). E para o estudo do maravilhoso posto a circular nos textos de cordel quincentistas Roger Chartier contribuiu com o capítulo 2 – *A enforcada que foi salva miraculosamente: estudo de um livro de cordel* (p. 85-130). Num terceiro capítulo aparece Catherine Velay-Vallantin com *O espelho dos contos: Perrault nas Bibliothèques bleues* (p. 131-190).

O retorno do espiritual e do religioso faz-se na segunda parte intitulada *Utilizações religiosas*, tendo em vista mostrar, através da análise de textos e de situações concretas e singulares, como a obra de cristianização utiliza o livro (o texto verbal escrito) e a imagem impressos para cimentar a comunidade, sugerir e apontar devoções correctas, gravar nas consciências os ensinamentos da Igreja, e ainda mostrar como se pode usar o texto impresso para promover e manter crenças condenadas pela ortodoxia. As pesquisas encetadas em torno desta temática do uso ou dos usos contrastados dos objectos (mentais) impressos em favor da fé permitiram valorizar ainda a noção de *apropriação que nos permite compreender a maneira como leitores diversos se apropriam diferentemente dos mesmos materiais (por exemplo as Horas lidas em voz alta ou apenas com os olhos), a maneira como são atribuídos uma utilidade profana e um grande investimento afectivo a um objecto ritual como a certidão de casamento, a maneira como leitores rebeldes, ao lerem, cantarem, memorizarem o texto escrito, encontram forças para preservar a sua identidade e a sua história ameaçadas* (p. 190). Assim, se compreende o nexos estabelecido pelos três capítulos que compõem esta segunda parte: o capítulo 4 *Rezar com a boca e rezar com coração. Os Livros de Horas: do manuscrito ao texto impresso* da autoria de Paul Saenger e traduzido do inglês por Roger Chartier (p. 191-226); o capítulo 5 *Do ritual ao foro privado: as certidões de casamento lionesas no século XVII* por Roger Chartier (p. 227-248); e o capítulo 6 *Morrer de ler: livros e leituras na Boémia do século XVIII* por Marie-Elisabeth Ducreux (p. 249-298).

Na terceira e última parte, que ostenta o título sugestivo *Mostrar e persuadir politicamente*, desenrola-se e desvela-se o papel do impresso (do cartaz político, do emblema, dos textos ilustrados referentes a acontecimentos marcantes, etc.) ao serviço dos jogos de luz e de sombra, da plena afirmação e da intensa persuasão do Poder. E daí a escolha ter recaído sobre três géneros específicos e invulgares dentro da *maciça produção*

*de objectos impressos políticos* (p. 302), a saber: capítulo 7 – *Legibilidade e persuasão: os cartazes políticos* por Christian Jouhaud (p. 303-335); o capítulo 8 – *Os livros de emblemas na cena pública: de um e de outro lado do palco* por Alain Boureau (p. 337-372); e o capítulo 9 – *Imprimir o acontecimento: La Rochelle em Paris* por Christian Jouhaud (p. 373-430).

Qual tríptico cuidadosamente composto, *As Utilizações do Objecto Impresso* constitui, sem dúvida, um marco de referência para a História Cultural que se vem fazendo não só em França mas na Europa e no Mundo, contendo para os estudiosos e investigadores do fenómeno psicossocial e psicosimbólico (o imaginário e respectiva energia emocional) da espiritualidade ocidental exemplos interessantes de abordagem monográfica que servem sobretudo como fecundos pontos de partida.

Armando Malheiro da Silva